



Ana Luiza/AE 9-7-88



AE

Vainboim: não ao alongamento

Schulman: ato contra a Nação

Candidatos não aprofundam propostas para o problema

Em todos os debates públicos, os candidatos à Presidência da República e seus assessores evitam fazer proposta detalhadas para a administração da dívida interna. A maioria prefere falar genericamente em renegociar prazos e remuneração dos títulos públicos, mas condena a hipótese de um calote. Só Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e Roberto Freire, do PCB, admitem impor perdas aos participantes da ciranda do overnight — se possível, com a concordância dos próprios aplicadores, para evitar traumas.

É visível, porém, que nenhum dos candidatos pretende deixar a situação como está hoje — uma verdadeira camisa-de-força, que imobiliza toda a política monetária e, em consequência, toda a política econômica do novo governo. Tanto assim que os deputados e economistas César Maia e José Serra, assessores de Leonel Brizola (PDT) e Mário Covas (PSDB) se empenham numa articulação que leve o próprio mercado financeiro a fechar um acordo de renegociação dos prazos de resgate dos títulos públicos — numa tentativa de distribuir perdas já, para que mais tarde elas não se tornem mais dolorosas.

O candidato do PRN, Fer-

nando Collor de Mello, admite um alongamento dos prazos da dívida. Mas faz questão de ressaltar: não é só especulador que aplica no over — o fluxo de caixa de todo o setor privado está ancorado em títulos públicos. César Maia também vem defendendo algum tipo de renegociação. E já tem pronta uma lista de vantagens que seriam oferecidas a quem ficar com papéis de prazo mais longo. Essas vantagens incluem a conversão dos títulos em ações das estatais, seu uso para pagamento de tarifas públicas e de tributos.

O economista Luciano Coutinho, que coordena o programa de Ulysses Guimarães (PMDB), busca o mesmo objetivo, mas por outro caminho. Em vez de prometer garantias adicionais a quem investe em papéis de longo prazo, o governo poderia desindexar os títulos de curto prazo — o que, na prática, resultaria em reluzir sua remuneração. Qualquer medida nessa linha, porém, deveria ser precedida de um programa firme de combate à inflação. No PSDB, apesar de toda pregação do assessor José Serra em favor da “renegociação já” da dívida, a palavra de ordem é primeiro cuidar do ajuste fiscal. Com isso, o governo até conseguiria recursos para honrar a própria dívida.